



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Estado da Administração



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2018

Concurso Público para provimento de cargos de
Agente Penitenciário
Masculino

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'IA3', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

É sempre edificante praticar gratidão, delicadezas e gentilezas.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

As pessoas se odeiam no trânsito, seguram seus volantes como baterias antiaéreas, usam a buzina como o botão que dá a partida num míssil. Mas, no fundo, as pessoas são boas. E sou testemunha.

Em trem, já fui carregado por um índiano que nunca mais vi. Desconhecidos me ajudaram a subir escadas sem pedir nada em troca. “Quer uma ajuda” é um mantra com que todo deficiente, como eu, que sou cadeirante, habitua-se rotineiramente.

O ódio existe, sempre existiu. Algumas pessoas se desrespeitam na internet, discordam umas das outras, usam argumentos que consideram ofensivos, como “vai ler”, “vai estudar”. A não ser psicopatas, que não são poucos, algumas pessoas, quando flagradas, arrependem-se, pedem desculpas, são fotografadas de cabeça baixa, tristes.

O homem tem empatia. Tem capacidade de sentir (e até prever) o que o outro sente. Foi Kant quem disse que o altruísmo é uma condição humana. E os evolucionistas, como Darwin, garantem que os genes humanos criaram um agente inédito, não biológico, ao comportamento animal: a cultura.

Culinária, música, poesia, competições esportivas, folclore, religião, filosofia, noção da vida e da morte são próprios dos homens, nos distinguem, nos diferenciam, nos afastam do passado primata. Como o altruísmo.

Kant insistia: conservar a própria vida é um dever; ser bom quando se pode é um dever. Existem pessoas tão capacitadas para o altruísmo, que, mesmo sem qualquer vaidade ou interesse, experimentam uma satisfação grande com o contentamento do outro; fazem o bem não por uma inclinação, mas por um dever. Daí nasceu a ideia de utopia. Eu prefiro acreditar que ela existe. E lutar por ela.

(Adaptado de: RUBENS PAIVA, Marcelo. Disponível em: cultura.estadao.com.br)

1. Considere as afirmações abaixo.

- I. O autor repudia o uso de expressões carregadas de agressividade, como “vai estudar”, por já ter sido vítima de linguagem ofensiva, conforme afirma em tom confessional.
- II. No último parágrafo, infere-se que o autor, ao defender a ideia de utopia, manifesta-se a favor da promoção de uma sociedade que preze pelo bem-estar da comunidade.
- III. No texto, fatos advindos da experiência pessoal do autor confirmam o argumento de que existem pessoas altruístas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

2. O segmento que, no contexto, corrobora a existência do altruísmo está em:

- (A) *...conservar a própria vida é um dever...*
- (B) *Desconhecidos me ajudaram a subir escadas sem pedir nada em troca.*
- (C) *...usam argumentos que consideram ofensivos...*
- (D) *...seguram seus volantes como baterias antiaéreas...*
- (E) *Algumas pessoas se desrespeitam na internet...*

3. A não ser psicopatas [...], algumas pessoas, quando flagradas... (3º parágrafo)

Sem prejuízo do sentido e da correção, o termo sublinhado acima pode ser substituído por

- (A) Ademais
- (B) Além de
- (C) A menos que
- (D) Com exceção de
- (E) Mesmo que



4. *As pessoas se odeiam no trânsito [...]. Mas, no fundo, as pessoas são boas. E sou testemunha.* (1º parágrafo)
Mantendo-se as relações de sentido, uma redação alternativa, em um único período, para o trecho acima está em:
- (A) As pessoas se odeiam no trânsito; no entanto, sou testemunha de que, no fundo, as pessoas são boas.
 - (B) Enquanto as pessoas se odeiam no trânsito, portanto, no fundo, e sou testemunha, as pessoas são boas.
 - (C) As pessoas se odeiam no trânsito; por isso, como sou testemunha, no fundo, as pessoas são boas.
 - (D) Conforme sou testemunha, a despeito de as pessoas serem boas, em vista disso, no fundo, as pessoas se odeiam no trânsito.
 - (E) As pessoas são boas; assim, sou testemunha de que, por isso, no fundo, as pessoas se odeiam no trânsito.
-
5. No segmento *Como o altruísmo* (final do 5º parágrafo), estabelece-se uma
- (A) oposição.
 - (B) comparação.
 - (C) finalidade.
 - (D) causa.
 - (E) concessão.
-
6. Identifica-se uso da voz passiva na frase que está em:
- (A) ... usam a buzina como o botão que dá a partida num míssil.
 - (B) As pessoas se odeiam no trânsito...
 - (C) ... garantem que os genes humanos criaram um agente inédito...
 - (D) Daí nasceu a ideia de utopia.
 - (E) Em trem, já fui carregado por um indiano que nunca mais vi.

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 9.

A solidão é distinta do simples fato de se estar sem uma pessoa por perto; da mesma forma, estar acompanhado não é a garantia de eliminá-la. Nos grandes centros urbanos, estamos cercados por milhões de pessoas. Seria aceitável pensar que os solitários eram as antigas pessoas do campo, separadas por quilômetros de um aglomerado.

Podemos dizer o contrário hoje: nas grandes cidades, o mal da solidão é ainda mais devastador. Concentração demográfica, sim, porém com esvaziamento de laços pessoais e significativos. Grandes condomínios que acumulam histórias paralelas que nunca se encontram. Vizinhos que trocam cumprimentos formais nas áreas comuns, mas sabem que não podem contar com ninguém. Pessoas que não criam vínculos afetivos que tornem a existência mais interessante.

A solidão sempre deixa um gosto melancólico sobre a experiência da vida. Não estamos falando da doença chamada depressão, em que uma pessoa, contra a vontade, vai perdendo vínculos com o mundo. Estamos falando de algo que não é uma doença psíquica. A solidão é um problema contemporâneo. Isolamento social não é apenas uma situação atípica: transformou-se em verdadeira epidemia.

(Adaptado de: KARNAL, Leandro. **O dilema do porco-espinho**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018, edição digital.)

7. Depreende-se do texto que a solidão
- (A) é um problema relevante do tempo atual, relacionado à falta de vínculos afetivos significativos.
 - (B) atinge um maior número de indivíduos em regiões com pequena concentração demográfica.
 - (C) afetava com menos intensidade as pessoas que, no passado, viviam em comunidades rurais.
 - (D) acomete indivíduos melancólicos, que espontaneamente passam a evitar a companhia de pessoas próximas.
 - (E) é um transtorno psíquico que, como tal, pode ser diagnosticado e tratado, assim como a depressão.

8. ... da mesma forma, estar acompanhado não é a garantia de eliminá-la. (1º parágrafo)
Grandes condomínios que acumulam histórias paralelas que nunca se encontram. (2º parágrafo)
Pessoas que não criam vínculos afetivos que tornem a existência mais interessante. (2º parágrafo)
Os pronomes sublinhados acima referem-se, na ordem dada, a:

- (A) pessoa – histórias paralelas – a existência
- (B) pessoa – Grandes condomínios – Pessoas
- (C) solidão – histórias paralelas – vínculos afetivos
- (D) solidão – histórias paralelas – a existência
- (E) solidão – Grandes condomínios – vínculos afetivos



9. *Seria aceitável pensar que os solitários eram as antigas pessoas do campo...* (1º parágrafo)

Na frase acima, identifica-se

- (A) um objetivo a ser atingido.
- (B) um fato irrefutável.
- (C) uma condição imposta.
- (D) uma hipótese plausível.
- (E) uma conclusão improvável.

10. Está correta a **redação** deste livre comentário:

- (A) Costuma haver isolamento social em grandes condomínios, no qual é comum que os vizinhos sequer se conhecem.
- (B) O indivíduo que sofre de solidão, geralmente não possui laços afetivos fortalecido.
- (C) Atualmente, há cada vez mais pessoas que se sentem solitárias mesmo quando estão acompanhadas.
- (D) Nas grandes cidades, onde milhões de pessoas habita o isolamento social tornou ainda mais intenso.
- (E) O isolamento social, onde é tão comum que se transformou numa epidemia, é considerado um problema contemporâneo.

Raciocínio Lógico-Matemático

11. O preço de um produto à vista é $\frac{4}{5}$ do preço normal anunciado. O mesmo produto se comprado à prestação custa, no total, $\frac{3}{2}$ do preço anunciado. A diferença entre o preço à prestação e o preço à vista é igual ao preço anunciado multiplicado por:

- (A) $\frac{6}{5}$.
- (B) $\frac{7}{10}$.
- (C) $\frac{15}{8}$.
- (D) $\frac{23}{10}$.
- (E) $\frac{1}{3}$.

12. A contagem de um ano, para um planeta do sistema solar, é o tempo que o planeta gasta para dar uma volta em torno do Sol. Na Terra o ano equivale a 365 dias e em Mercúrio o ano tem 88 dias. Se uma pessoa tem 40 anos como habitante da Terra, então se ela vivesse em Mercúrio teria aproximadamente a idade de:

- (A) 9,6 anos.
- (B) 48 anos.
- (C) 144 anos.
- (D) 190 anos.
- (E) 166 anos.

13. O valor da expressão

$$(3 - 5)^2 + 3^0 - [4 \cdot (-\frac{1}{4})]^3 \text{ é igual a:}$$

- (A) -2.
- (B) Zero.
- (C) 4.
- (D) 6.
- (E) 7.



14. Ao negar a proposição “Vou viajar ou não estudarei”, tem-se a seguinte proposição:
- (A) Não vou viajar ou estudarei.
 - (B) Vou viajar e estudarei.
 - (C) Não vou viajar ou não estudarei.
 - (D) Vou viajar e estudarei.
 - (E) Não vou viajar e estudarei.

História e Geografia do Amapá

15. A região entre os rios Oiapoque e Araguari tornou-se, depois da assinatura do Tratado de Utrecht, em 1713, uma espécie de “zona tampão” entre territórios portugueses e franceses no Norte do Brasil. Ela ficaria conhecida como
- (A) Zona Franca.
 - (B) Território Neutro.
 - (C) Contestado.
 - (D) Colônia do Meio.
 - (E) Entre Impérios.

16. A Fortaleza de São José de Macapá, foi construída entre
- (A) 1764 e 1782, por negros escravizados e indígenas, e atendia à uma estratégia de defesa do rio Amazonas.
 - (B) 1790 e 1811, por operários vindos da Ilha da Madeira, e obedecia à uma política de colonização do Norte do Brasil.
 - (C) 1942 e 1945, por trabalhadores brasileiros, e visava defender a região de um provável ataque da Alemanha nazista.
 - (D) 1808 e 1817, por colonos russos, trazidos ao Brasil para o povoamento das fronteiras nacionais.
 - (E) 1640 e 1668, por escravos negros, e buscava defender a região dos ataques espanhóis durante a guerra luso-castelhana.

17. Em 1809, uma tropa luso-paraense ocupou a Guiana Francesa a mando da Coroa portuguesa, já instalada no Brasil, e ali permaneceria até 1817. Dentre as razões para este ato, está a
- (A) proposta de ampliação das fronteiras, defendida pelo Barão do Rio Branco.
 - (B) retaliação à França de Napoleão Bonaparte que, um ano antes, invadira Portugal.
 - (C) necessidade de se apropriar das ricas criações do bicho da seda presentes na Guiana.
 - (D) defesa contra os espanhóis, já que os franceses haviam abdicado do território.
 - (E) intenção de ocupar o Suriname, já que a Coroa Portuguesa era inimiga da Inglaterra.

18. Localizada na Zona Costeira do Amapá (ZCA), a capital Macapá tem como característica climática
- (A) o outono como período mais chuvoso do ano, devido à ação direta da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT).
 - (B) a grande amplitude térmica entre o verão e o inverno devido à ação da Corrente das Guianas na média das precipitações nas duas estações.
 - (C) a queda brusca de temperatura, fenômeno conhecido como friagem, entre junho e setembro, devido à entrada da massa de ar polar atlântica (*mPa*).
 - (D) o período de 4 a 5 meses secos, entre maio e agosto, devido à ação dos ventos alísios na distribuição das chuvas no litoral amapaense.
 - (E) o verão como período mais seco do ano, devido à sua latitude e à influência da massa de ar Tropical continental (*mTc*).

19. De acordo com o Censo Agropecuário 2017, o Amapá possui o segundo maior rebanho do Brasil, atrás do Pará. O rebanho adaptou-se à região Norte e tem animais oriundos da Europa e Ásia cuja produção envolve a carne e o leite.

Trata-se do rebanho de

- (A) caprinos.
- (B) suínos.
- (C) bovinos.
- (D) equinos.
- (E) bubalinos.

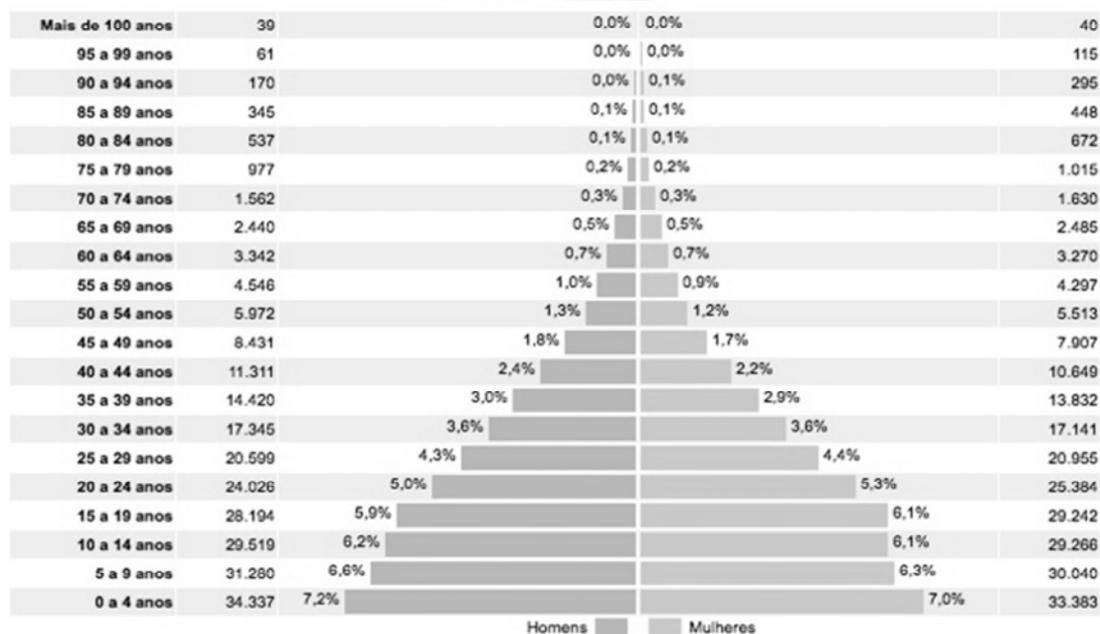


20. As pirâmides etárias referem-se ao Estado do Amapá nos anos 2000 (A) e 2010 (B):

(A)

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade

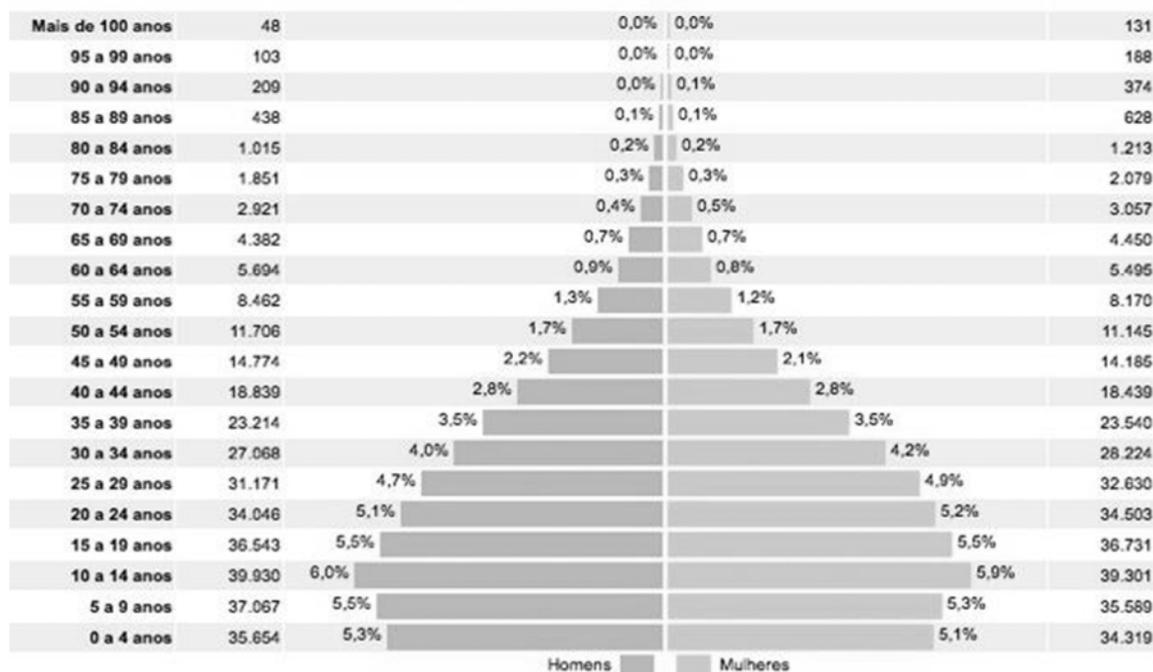
Amapá - 2000



(B)

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade

Amapá - 2010



(Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>)

A alternativa que identifica mudanças na estrutura demográfica do Amapá entre 2000 e 2010 é:

- (A) Aumento da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida.
- (B) Diminuição da taxa de natalidade e diminuição na expectativa de vida.
- (C) Aumento da taxa de mortalidade e envelhecimento da população.
- (D) Diminuição da taxa de natalidade e aumento na expectativa de vida.
- (E) Diminuição do número de adultos e aumento da taxa de mortalidade.

**Noções de Direito Constitucional**

21. A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, previstos na Constituição Federal,
- (A) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o nato, em caso de crime de terrorismo, ou o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
 - (B) aos litigantes, em processos exclusivamente judiciais, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
 - (C) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se assim preferir o ofendido ou o seu representante.
 - (D) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
 - (E) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
-
22. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, instituídos pela Constituição Federal, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,
- (A) irredutibilidade do salário, ainda que haja autorização disposta em convenção ou acordo coletivo.
 - (B) participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
 - (C) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 dias.
 - (D) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
 - (E) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do Estado, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
-
23. Hector Gonzales, brasileiro naturalizado, contando atualmente 32 anos de idade, pretende disputar cargo eletivo no Brasil. Considerando as regras dispostas na Constituição Federal, Hector poderá concorrer
- (A) ao cargo de Governador e Vice-Governador de Estado.
 - (B) apenas aos cargos do Poder Legislativo, pois os do Executivo são restritos aos brasileiros natos.
 - (C) somente aos cargos de Prefeito, Vereador e Deputado Estadual, tendo em vista a limitação de idade.
 - (D) somente aos cargos de Deputado Federal e Senador da República.
 - (E) a qualquer cargo eletivo, haja vista o pleno direito à elegibilidade consagrado na Constituição, com Exceção ao de Presidente da República, exclusivo aos brasileiros natos.
-
24. Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos políticos,
- (A) a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até dois anos da data de sua vigência.
 - (B) não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros, os brasileiros naturalizados e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
 - (C) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de 15 dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
 - (D) o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para períodos subsequentes, indefinidamente.
 - (E) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos e para os maiores de 65 anos.
-
25. No Brasil,
- (A) a forma de governo é a Presidencialista.
 - (B) o sistema de governo é a República.
 - (C) a chefia de Estado cabe aos presidentes dos três poderes, independentes e harmônicos entre si.
 - (D) a chefia de Governo é de responsabilidade do Presidente da Congresso Nacional.
 - (E) a chefia de Estado e de Governo são exercidas concomitantemente pelo Presidente da República.



26. A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a
- I. apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas.
 - II. exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
 - III. polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbindo, ainda, a execução de atividades de defesa civil.
 - IV. prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) I e III.
-
27. Acerca das disposições gerais relativas ao Poder Judiciário dispostas na Constituição Federal,
- (A) não será promovido o juiz que, injustificadamente, reter autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
 - (B) os juízes gozam da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após 3 anos de exercício
 - (C) compete privativamente ao chefe do Executivo conceder licença, férias e outros afastamentos aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados.
 - (D) os órgãos fracionários dos tribunais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, em qualquer circunstância.
 - (E) salvo a de magistério, aos juízes é vedado exercer outro cargo ou função, exceto quando estiver em disponibilidade.

-
28. À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca da composição do Poder Legislativo Federal,
- (A) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o sistema proporcional.
 - (B) cada Estado e o Distrito Federal elegerão dois Senadores, com mandato de 8 anos.
 - (C) cada Senador será eleito com três suplentes.
 - (D) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
 - (E) cada Território poderá eleger até oito Deputados.

Noções de Direito Administrativo

29. A prática de infração disciplinar por servidor ocupante de cargo efetivo enseja a instauração de processo disciplinar, no bojo do qual será apurada autoria e responsabilidade, com a possível imposição de sanção. Essa atuação da Administração pública
- (A) insere-se não só no exercício do poder disciplinar, mas também na execução de atos representativos de poder de polícia, já que incluem imposição de penalidade.
 - (B) abrange exercício do poder normativo, pois a Administração pública deverá, necessariamente, para poder impor penalidade ao servidor, editar portaria para iniciar o processo.
 - (C) caracteriza exercício de poder disciplinar se houver condenação do servidor, pois, no caso de absolvição ou não apenamento, estará inserida apenas no poder hierárquico da Administração pública.
 - (D) caracteriza-se como exercício de poder discricionário, tendo em vista que a hierarquia abrange a possibilidade de exercício de juízo de oportunidade e conveniência para instauração de processo administrativo.
 - (E) é decorrência do poder hierárquico, como exercício do poder disciplinar, este que também pode incidir sobre relações jurídicas que excedem o vínculo funcional.



30. Dentre os elementos do ato administrativo,
- (A) o motivo pode estar expressa e integralmente previsto na lei, o que caracterizará a edição de ato administrativo vinculado, ou ser definido após a referida edição, como exemplo de ato administrativo discricionário.
 - (B) a motivação é um elemento indispensável do ato administrativo, a ser valorado pelo administrador diante da necessidade do caso concreto e servindo como fundamento legal para a própria edição do ato.
 - (C) o motivo do ato pode vincular a validade do mesmo, tendo em vista que a demonstração das razões para edição do ato vinculam o administrador.
 - (D) tanto o motivo quando a motivação podem apresentar vícios sanáveis, porque não são imprescindíveis para a validade do ato.
 - (E) a finalidade é essencial e, se apresentar vício, conformará o ato à condição de insanável, diferentemente dos demais elementos do ato, cujas ilegalidades podem ser sanáveis.
-
31. Considere que dilação de prazo para apresentação de recurso contra decisão administrativa foi deferida pela Administração pública, sem que ficasse clara a motivação para tanto. Inexistindo fundamento legal para o deferimento,
- (A) o Judiciário poderá, mediante provocação, anular o ato de dilação de prazo, diante do vício de legalidade identificado.
 - (B) o ato de deferimento pode ser revogado pela Administração pública, como exercício de seu poder de autotutela.
 - (C) se ficar demonstrada razão justificada, ainda que não prevista em lei, para a perda de prazo pelo interessado, deve o deferimento ser mantido.
 - (D) tanto o Judiciário, quanto o Tribunal de Contas, podem anular de ofício o referido ato, pois vício de legalidade é insanável.
 - (E) somente a Administração pública poderia anular ou revogar o ato de dilação de prazo, tendo em vista que não há lesão a interesse de terceiro.
-
32. Um servidor público ocupante de cargo em comissão em pessoa jurídica de direito público autorizou a desistência de uma ação de indenização que tinha sido ajuizada para recomposição de danos apurados em decorrência de uma obra realizada por terceiros. Apurou-se posteriormente que o servidor conhecia o réu da ação, não tendo sido rigoroso com a fundamentação para a desistência, privando a pessoa jurídica da possibilidade de recebimento de vultosa indenização. Esse servidor público
- (A) poderá ter incorrido em ato de improbidade na modalidade que gera prejuízo ao erário, se ficar demonstrado que agiu dolosamente.
 - (B) não pode ser processado pela prática de ato de improbidade, pois seu vínculo funcional não se insere no conceito de agente público exigido pela lei.
 - (C) será processado pela prática de ato de improbidade, pois independentemente de seu vínculo funcional, incorreu na modalidade que ofende os princípios da Administração pública, mesmo que sua conduta tenha sido culposa.
 - (D) se submete à lei de improbidade, podendo lhe ser imputadas, cumulativamente, as penalidades pela modalidade que gera prejuízo ao erário e que ofende os princípios da Administração, desde que se comprove dolo do servidor.
 - (E) poderá ser responsabilizado pela prática de ato de improbidade, na modalidade que gera prejuízo ao erário, desde que este reste comprovado, não sendo necessária a comprovação de dolo.
-
33. Pessoa jurídica que se submete a regime jurídico de direito privado, que integra a Administração indireta e cujo escopo social é a prestação de serviços públicos, estando os empregados submetidos ao regime celetista, pode ser
- (A) empresa pública, não se submetendo, contudo, à norma constitucional que estabelece a responsabilidade civil do Estado.
 - (B) empresa pública, que também deve observar a obrigatoriedade de prévia licitação para formalizar suas contratações, ainda que não para todas.
 - (C) autarquia, cuja criação deve se dar por lei, considerando que a finalidade seja a prestação de serviços públicos, ainda que se submeta a regime jurídico de direito privado.
 - (D) sociedade de economia mista, cujos empregados, ainda que celetistas, gozam de estabilidade e só podem ser demitidos mediante processo administrativo, em razão da finalidade institucional indicada.
 - (E) sociedade de economia mista, que também pode se submeter a regime jurídico de direito público, caso a lei que autorizou sua criação assim tenha determinado expressamente.



34. A obrigatoriedade de realização de concurso público de títulos e documentos para ingresso em cargo público efetivo é, dentre outros fundamentos,
- (A) manifestação do princípio da eficiência, tendo em vista que devem ingressar no serviço público aqueles que demonstrem capacitação e condições técnicas para exercício do cargo.
 - (B) expressão do princípio da publicidade que rege a Administração pública, já que os editais, provas e resultados devem ser publicados em jornais de grande circulação, ainda que fundações e empresas estatais não estejam sujeitas a essa norma.
 - (C) expressão do princípio da isonomia, para igualdade de oportunidade para todos os interessados no ingresso no serviço público, não podendo ser adotadas condições diferenciadas para nenhum participante.
 - (D) obrigatória para o preenchimento de cargos, empregos e funções em qualquer modelo de organização administrativa escolhido, mesmo na desconcentração em que são instituídas pessoas jurídicas para integrar a Administração indireta.
 - (E) passível de ser dispensada nos casos de situação emergencial, sujeitando-se o novo funcionário à estágio probatório para, além da finalidade original, atestar a capacitação técnica.
-
35. Decreto municipal determinou a interrupção de uma via na área urbana central para promover o recapeamento do asfalto. A obra durou uma semana, tendo o resultado atestado o cumprimento da obrigação pelo contratado. O Município também entendeu bem sucedido o resultado do trabalho. Um comerciante cujo estabelecimento se localiza na mesma rua ajuizou ação de indenização contra o Município, pleiteando a responsabilização deste ente pelos prejuízos que alega ter sofrido em razão da interrupção do acesso. O pedido
- (A) é improcedente, tendo em vista que sendo identificado o autor da obra, não responde o município pelos prejuízos causados, restrita sua responsabilidade à execução e prestação de serviços públicos.
 - (B) não pode ser provido pois o autor não identificou, de acordo com a narrativa, a atuação ilícita de agente público ou mesmo da empresa executora da obra.
 - (C) pode ser deduzido em juízo, pois a Administração também responde pelos prejuízos causados em decorrência de atos lícitos, mas não se identifica fundamento para procedência, dado que o curto período de interdição não parece hábil a produzir danos concretos extraordinários e anormais ao comerciante.
 - (D) prescinde de demonstração de culpa e de nexo de causalidade, tendo em vista que se trata de responsabilização civil sob a modalidade objetiva, bastando ao autor da ação comprovar os danos concretos sofridos.
 - (E) de procedência fica condicionado a comprovação, pelo autor, de danos anormais e extraordinários causados pela atuação ilícita dos agentes públicos ou dos funcionários da empresa contratada pelo poder público para a prestação dos serviços.
-
36. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá, a reintegração é forma de provimento em cargo público
- (A) deferida judicialmente e que acarreta a reinvestidura do servidor ao cargo que ocupava, que deve ser recriado no caso de ter havido extinção do mesmo desde a decisão de demissão.
 - (B) dependente de decisão judicial autorizativa, à qual competirá indicar em qual cargo deverá se dar a reinvestidura, no anteriormente ocupado ou em outro que se reputar mais adequado à capacitação do servidor.
 - (C) que se dá judicial ou administrativamente, mediante decisão que revogue a demissão anteriormente emitida, não cabendo indenização em razão dos efeitos *ex nunc* do ato de revogação.
 - (D) decorrente de invalidação administrativa ou judicial da demissão, não havendo direito subjetivo à reinvestidura no mesmo cargo anteriormente ocupado se este tiver sido extinto.
 - (E) decorrente de decisão administrativa ou judicial que faz cessar a disponibilidade do servidor, não sendo obrigatória a reinvestidura no mesmo cargo anteriormente ocupado, cabendo ao funcionário optar por uma ocupação, de três apresentadas pela Administração e compatíveis com sua capacitação física e intelectual.
-

Noções de Direito Penal

37. Segundo o Código Penal, são espécies de pena
- (A) o regime disciplinar diferenciado e a multa.
 - (B) o livramento condicional e a remição.
 - (C) o indulto e a comutação.
 - (D) a progressão de regime e o concurso material.
 - (E) a privativa de liberdade e a restritiva de direitos.



38. Verifica-se a reincidência quando o agente
- (A) comete dois crimes em dias seguidos e seja condenado por ambos mediante sentença.
 - (B) comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que o tenha condenado por crime anterior.
 - (C) pratica dois crimes e, pelas condições do caso, deve o subsequente ser havido como continuação do primeiro.
 - (D) é condenado cumulativamente pelo mesmo crime a pena de multa e de privação de liberdade.
 - (E) é condenado por dois crimes da mesma espécie cometidos mediante uma única ação coordenada.
-
39. Não há crime quando o agente pratica o fato
- (A) mediante mera tentativa.
 - (B) com imprudência, negligência ou imperícia.
 - (C) com arrependimento posterior.
 - (D) no exercício regular de direito.
 - (E) em concurso de pessoas.
-
40. É espécie de pena de interdição temporária de direitos
- (A) proibição de saída temporária no regime semiaberto.
 - (B) proibição de frequentar determinados lugares.
 - (C) obrigação de se desculpar com a vítima do delito.
 - (D) prestação de serviços à comunidade.
 - (E) suspensão do direito ao indulto.
-
41. São considerados crimes hediondos
- (A) estupro e epidemia com resultado morte.
 - (B) sequestro e cárcere privado.
 - (C) roubo e estupro de vulnerável.
 - (D) extorsão qualificada pela morte e ameaça.
 - (E) homicídio simples e corrupção ativa.
-
42. O crime é tentado quando
- (A) o agente é preso em flagrante imediatamente após a prática do crime.
 - (B) o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
 - (C) a conduta do agente é reconhecida como insignificante.
 - (D) o agente pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, direito próprio ou alheio.
 - (E) iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
-
43. Constitui crime de peculato
- (A) deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
 - (B) exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
 - (C) apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
 - (D) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
 - (E) solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.



44. O crime de posse de drogas para uso pessoal (art. 28 da Lei nº 11.343/2006) está submetido à pena de
- (A) reclusão em regime fechado.
 - (B) advertência sobre os efeitos das drogas.
 - (C) liberdade assistida.
 - (D) perda de bens e valores.
 - (E) detenção em regime aberto.

Noções de Direito Processual Penal

45. Segundo determina o Código de Processo Penal, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá
- (A) dirigir-se ao local dos fatos, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada da imprensa.
 - (B) realizar exame criminológico no indiciado, no caso de indícios de crime contra a dignidade sexual.
 - (C) presidir a audiência de suspensão condicional do processo, apresentando o preso em até 24 horas à autoridade judicial responsável.
 - (D) apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
 - (E) propor ao indiciado acordo de delação premiada e, caso aceite, determinar o arquivamento do inquérito policial.
-
46. Sobre a ação penal, é correto afirmar que
- (A) a representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.
 - (B) no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao Juiz.
 - (C) não se admite, em nenhuma hipótese, ação penal privada nos crimes de ação penal pública.
 - (D) seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será privada.
 - (E) o Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

-
47. O Ministério Público, não se conformando com a decisão do Juiz que concedeu liberdade provisória ao réu, deverá, de acordo com o Código de Processo Penal, ingressar com a seguinte medida judicial:
- (A) Recurso de Apelação.
 - (B) Recurso em Sentido Estrito.
 - (C) *Habeas Corpus*.
 - (D) Revisão Criminal.
 - (E) Embargos infringentes.

-
48. De acordo com o Código de Processo Penal, o inquérito policial em caso de indiciado solto, deverá terminar no prazo de
- (A) 90 dias.
 - (B) 120 dias.
 - (C) 30 dias.
 - (D) 45 dias.
 - (E) 81 dias.

-
49. A denúncia ou queixa será rejeitada quando
- (A) faltar justa causa para o exercício da ação.
 - (B) o fato narrado evidentemente não constituir crime.
 - (C) estiver extinta a punibilidade do agente.
 - (D) for manifestamente apta.
 - (E) existir manifesta causa excludente da ilicitude do fato.



50. O exame de corpo de delito
- (A) é indispensável quando a infração deixar vestígios, podendo ser suprido pela confissão do acusado.
 - (B) será realizado por dois peritos oficiais, sem necessidade de diploma do curso superior.
 - (C) poderá ser suprido por prova testemunhal quando desaparecerem os vestígios e não for possível sua realização.
 - (D) será realizado, na falta de perito oficial, por 3 pessoas idôneas, sendo dispensadas de prestar compromisso de desempenho do encargo.
 - (E) não poderá ser realizado das 22:00 horas da noite às 06:00 horas da manhã.
-
51. Sobre a suspensão condicional do processo, prevista na Lei nº 9099/95, é correto afirmar:
- (A) É cabível nos crimes cuja pena mínima cominada for igual ou inferior a 2 anos.
 - (B) Expirado o prazo acordado sem revogação, o juiz absolverá o acusado.
 - (C) Caso o acusado não aceite a proposta, pode o juiz aplicar-lhe diretamente a pena restritiva de direitos, desde que não superior a 6 meses.
 - (D) Será obrigatoriamente revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou contravenção penal.
 - (E) Durante o prazo de suspensão do processo, não correrá a prescrição.
-
52. Lauro praticou, na noite de 20 de janeiro de 2018, na cidade de Mazagão, um roubo contra a vítima Amanda subtraindo o seu veículo. Em seguida, de posse do referido automóvel, já na comarca de Santana, praticou outros dois roubos, se apossando de relógio e celular das vítimas Antunes e Adolfo. Acionada a policial local, Lauro foi preso algumas horas depois, na cidade de Macapá. No caso em apreço, tendo em vista que todos os delitos foram praticados de maneira idêntica, a comarca competente para o julgamento de Lauro será a de
- (A) Mazagão, tendo em vista ser o local do primeiro delito praticado.
 - (B) em qualquer das três localidades.
 - (C) Macapá, por ser o local da prisão e recuperação dos bens subtraídos.
 - (D) Santana, em virtude de ter sido o local com maior número de roubos praticados.
 - (E) Macapá, por ser a capital do Estado.

Noções de Direitos Humanos

53. A Declaração Universal dos Direitos Humanos
- (A) é um conjunto de regras destinado a garantir a impunidade dos criminosos.
 - (B) não reconhece nenhum direito que seja aplicável às pessoas vítimas de crimes.
 - (C) não proíbe expressamente a aplicação da pena de morte nem a prisão perpétua para autores de crimes graves.
 - (D) dispõe que os criminosos devem ser punidos de forma branda porque são vítimas da desigualdade social.
 - (E) prevê que toda pessoa acusada de crime somente pode ser presa após condenação em segunda instância.
-
54. Segundo previsto na Constituição Federal de 1988, são considerados direitos sociais
- (A) a educação, a moradia e a segurança.
 - (B) a manifestação do pensamento, a propriedade e a herança.
 - (C) o voto, o registro civil e o lazer.
 - (D) a previdência social, o sigilo de correspondência e a inviolabilidade do domicílio.
 - (E) a locomoção dentro do território, a moradia e a presunção de inocência.
-
55. Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, poderá ser concedido, em favor dele
- (A) *habeas data*.
 - (B) *habeas corpus*.
 - (C) mandado de segurança.
 - (D) mandado de injunção.
 - (E) recurso especial.



56. Para os efeitos da Lei nº 8069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se
- (A) menor toda a pessoa abaixo de 18 anos completos.
 - (B) menor absolutamente incapaz todo aquele com menos de 14 anos.
 - (C) jovem-adulto a pessoa entre 16 e 21 anos.
 - (D) criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos.
 - (E) adolescente a pessoa entre 10 de 18 anos.
-
57. Segundo o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, deve ser assegurado, às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. A efetivação desses direitos, prevê a lei,
- (A) deve observar a priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar.
 - (B) é obrigação do próprio idoso, de sua família, do Conselho Tutelar, da sociedade e do poder público.
 - (C) deve se dar de forma gradativa, conforme avançarem as condições sociais e econômicas do país.
 - (D) será garantida, prioritariamente, por meio de ações articuladas entre as famílias e as organizações não governamentais de proteção aos idosos.
 - (E) goza de prioridade relativa, condicionada e restrita aos maiores de 80 anos.
-
58. O texto atual das Regras Mínimas das Nações Unidas para Tratamento de Presos, conhecidas como “Regras de Mandela” estabelece, de forma expressa, que
- (A) as celas ou quartos destinados ao descanso noturno não devem ser ocupados por mais de 3 presos.
 - (B) devem ser proibidas sanções disciplinares que impliquem em confinamento solitário indefinido.
 - (C) todo preso tem direito a redução de sua pena quando apresentar bom comportamento.
 - (D) revistas íntimas em visitantes devem se restringir a crianças ou outras pessoas incapazes de responder por seus atos.
 - (E) não devem ser permitidas rotinas disciplinares diferenciadas ou separação entre presos por motivos ligados ao histórico criminal de cada um.
-
59. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos estabelece que “são competentes para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados partes nesta Convenção”:
- (A) a Organização dos Estados Americanos e o Protetorado Regional de Direitos Humanos.
 - (B) todas as cortes supremas dos Estados partes quando acionadas pela Procuradoria Americana de Direitos Humanos.
 - (C) o Tribunal Penal Internacional e o Comitê Americano de Direitos Humanos.
 - (D) o Alto Comissariado Latino-Americano e a Corte Federal de Direitos Humanos.
 - (E) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.
-
60. Uma das características atribuídas aos direitos e garantias individuais previstos no art. 5º da Constituição Federal é que eles não podem ser alterados ou modificados nem mesmo por proposta de emenda constitucional. Tais regras da Constituição Federal são chamadas de
- (A) regras fundamentais.
 - (B) princípios originários.
 - (C) cláusulas pétreas.
 - (D) direitos cogentes.
 - (E) pactos federados.